


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo Digital nº:	<b>1006221-40.2017.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária</b>
Requerente:	<b>BV Financeira S/A.</b>
Requerido:	<b>Antonio Alexandrin</b>

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini

Vistos.

**BV Financeira S/A.**, com qualificação nos autos, ajuizou ação de busca e apreensão em face de **Antonio Alexandrin**, também qualificado, dizendo ter firmado com a parte ré uma cédula de crédito bancário com cláusula de alienação fiduciária, para aquisição do veículo descrito na inicial e, ante a mora quanto às prestações vencidas, pretende a retomada do bem e a condenação da parte ré nos consectários legais.

Juntou documentos (fls. 23/33).

Cumpru-se liminarmente a busca e apreensão (fls. 59).

Certidão de fls. 60 noticiou que nos autos de Embargos de Terceiro nº 1007059-80.2017.8.26.0566 movido por Gisela de Lima Racy em face da ora autora BV Financeira S/A foi proferida decisão suspendendo o andamento da presente ação de busca e apreensão.

Decisão a fls. 61 determinou a suspensão dos presentes autos.

Certidão de fls. 64 noticiou que, na data de 14/09/2017, foi proferida sentença nos autos de Embargos de Terceiro, julgando procedente, para o fim de anular a constrição sobre o veículo efetuada nos autos principais e reintegrando a embargante na posse do automóvel. Foi



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

certificado ainda, que por V. Acórdão datado de 13/03/2018 foi dado provimento ao recurso, para rejeitar os embargos de terceiro opostos.

Citada, a parte ré não contestou o pedido (certidão de fls. 65).

É uma síntese do necessário.

**FUNDAMENTO E DECIDO.**

I - Independe de produção de provas a solução da controvérsia, dada a revelia; daí o julgamento no estado em que se encontra o processo, nos termos do art. 355, II do NCPC.

II - Não tendo sido contestado o pedido, e descumprido o ajuste anteriormente lavrado pelo acionado, têm-se por verdadeiros os fatos afirmados na petição inicial, decorrendo a procedência daquele.

Vale dizer, ainda, que a parte autora comprovou documentalmente, com a petição inicial, a existência do contrato e o inadimplemento.

Segundo Orlando Gomes:

*“Pode o credor obter a satisfação do crédito com a sentença que determina a consolidação da propriedade e legitima a venda extrajudicialmente da coisa, permitindo ao credor tornar-se proprietário pleno do bem, incorporando-o ao seu patrimônio, tal como se o adjudicasse”* (in Alienação Fiduciária em Garantia. ed. RT, 1975).

Ajuizados Embargos de Terceiro nº 1007059-80.2017.8.26.0566 movidos por Gisela de Lima Racy em face da ora autora, BV Financeira S/A, tendo por objeto o mesmo veículo da presente busca e apreensão, na data de 14/09/2017 foi proferida sentença, julgando procedentes os embargos, para o fim de anular a constrição sobre o veículo e reintegrando a embargante na posse do imóvel.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Interposto recurso de apelação pela financeira, por V. Acórdão foi dado provimento ao recurso para rejeitar os embargos de terceiro opostos.

Em face do exposto, julgo procedente o pedido e, com fundamento no art. 3º e §§ do Decreto-lei nº 911, de 1969, com nova redação dada pelo art. 56 da Lei nº 10.931/04, consolido a propriedade e a posse plena e exclusiva do veículo marca Chevrolet, modelo Vectra Hatch GT (Remix) 2.0 8v (flexpower) 4P (AG) C, Chassi nº 9BGAJ48W09B139700, ano de fabricação 2008 e modelo 2009, em mãos da parte autora, que desde já fica expressamente autorizada a vendê-lo a terceiros.

Condeno a parte ré, dada sua sucumbência, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor dado à causa.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 23 de abril de 2018.

**Juiz Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**